

PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

CADASTRO DAS ENTIDADES

SUMÁRIO

[1. DO CADASTRO DAS ENTIDADES 3](#_Toc437416914)

[1.1 NOÇÃO GERAL 3](#_Toc437416915)

[1.2 DO PROCESSO DE CADASTRAMENTO DE ENTIDADE (PCE) 9](#_Toc437416916)

[1.2.1 DEFINIÇÃO: 9](#_Toc437416917)

[1.2.2 ONDE APRESENTAR O PEDIDO DE CADASTRO? 9](#_Toc437416918)

[1.2.3 COMO APRESENTAR O PEDIDO? 21](#_Toc437416919)

[1.2.4 DA AUTUAÇÃO DO PEDIDO COMO PROCESSO DE CADASTRO DE ENTIDADE (PCE) 27](#_Toc437416920)

[1.2.5 DO TRÂMITE DO PROCESSO DE CADASTRO DE ENTIDADE (PCE) 38](#_Toc437416921)

[1.3 PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO CADASTRO 52](#_Toc437416922)

[1.3.1 DEFINIÇÃO: 52](#_Toc437416923)

[1.3.2 QUANDO DEVE SER EFETUADO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO? 53](#_Toc437416924)

[1.3.3 PARA QUEM É EFETUADO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO? 53](#_Toc437416925)

[1.3.4 COMO SE FAZ O PEDIDO DE ALTERAÇÃO? 54](#_Toc437416926)

[1.3.5 COMO TRAMITA O PEDIDO DE ALTERAÇÃO? 56](#_Toc437416927)

[1.3.6 COMO FAZER A ALTERAÇÃO NO SISTEMA PROJUDI? 61](#_Toc437416928)

[1.4 DA EXCLUSÃO DO CADASTRO 66](#_Toc437416929)

[1.4.1 DEFINIÇÃO: 66](#_Toc437416930)

[1.4.2 EXCLUSÃO A PEDIDO DA ENTIDADE: 68](#_Toc437416931)

[1.4.3 EXCLUSÃO POR DECISÃO JUDICIAL: 72](#_Toc437416932)

[1.4.4 COMO EFETUAR A EXCLUSÃO NO SISTEMA PROJUDI? 74](#_Toc437416933)

**FIGURAS**

[01 – EXCLUSÃO DO CADASTRO](#Figura01)

**FLUXOGRAMAS**

[01 – PROCESSO DE CADASTRAMENTO DE ENTIDADE](#Fluxo01)

[02 – ALTERAÇÃO DO CADASTRO DA ENTIDADE](#Fluxo02)

**LINKS**

[01 – COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ E DE MANUTENÇÃO REGULAR](#Link01)

**MANUSEIO DE SISTEMAS**

[01 – AUTUAÇÃO DO PROCESSO DE CADASTRO DE ENTIDADE](#Manuseio01)

[02 – EFETUAR O CADASTRO DA ENTIDADE](#Manuseio02)

[03 – ALTERAÇÃO DO CADASTRO – CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE E E-MAIL](#Manuseio03)

[04 – ALTERAÇÃO DO CADASTRO – REPRESENTANTES E CONTA BANCÁRIA](#Manuseio04)

[05 – EXCLUSÃO DO CADASTRO](#Manuseio05)

**MODELOS**

[01 – PEDIDO DE CADASTRO – ENTIDADE PÚBLICA](#Modelo01)

[02 – PEDIDO DE CADASTRO – ENTIDADE PRIVADA](#Modelo02)

[03 – CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE CADASTRO E DOCUMENTAÇÃO REGULAR](#Modelo03)

[04 – DECISÃO INDEFERINDO O PEDIDO DE CADASTRO](#Modelo04)

[05 – DECISÃO DEFERINDO O PEDIDO DE CADASTRO](#Modelo05)

[06 – CERTIDÃO DE CADASTRO NO PROJUDI](#Modelo06)

[07 – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CADASTRO](#Modelo07)

[08 – DECISÃO DEFERINDO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CADASTRO](#Modelo08)

[09 – DECISÃO INDEFERINDO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CADASTRO](#Modelo09)

[10 – CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO DE CADASTRO NO PROJUDI](#Modelo10)

[11 – PEDIDO DE EXCLUSÃO DO CADASTRO PELA ENTIDADE](#Modelo11)

[12 – DECISÃO DEFERINDO A EXCLUSÃO DO CADASTRO](#Modelo12)

[13 – CERTIDÃO DE EXCLUSÃO DE CADASTRO NO PROJUDI](#Modelo13)

[14 – OFÍCIO COMUNICANDO DECISÃO DE EXCLUSÃO DE CADASTRO](#Modelo14)

**TABELAS**

[01 – VARAS JUDICIAIS COMPETENTES PARA O CADASTRO](#Tabela01)

# 1. DO CADASTRO DAS ENTIDADES

## 1.1 NOÇÃO GERAL

**1.1.1** – Um dos requisitos para que as entidades públicas ou privadas com finalidade social recebam valores de prestação pecuniária é que estejam cadastradas perante o Juízo que disponibilizará os recursos, conforme art. 35 da Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014.

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png Artigo 35 da Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014:  **Art. 35** As entidades públicas ou privadas com finalidade social que desejarem receber valores de prestação pecuniária decorrentes de penas ou medidas alternativas deverão:  I – estar devidamente constituídas e em situação regular;  II – estar cadastradas na forma disciplinada na Seção II deste Capítulo;  III – apresentar pedido de habilitação em procedimento de disponibilização de recursos instaurado pelo Juízo por meio de edital, observadas as disposições da Seção III deste Capítulo;  IV – cumprir estritamente o cronograma de execução do projeto contemplado;  V – entregar prestação de contas dos valores eventualmente recebidos, em conformidade com o disciplinado na Seção V deste Capítulo.  Parágrafo único. O Conselho da Comunidade poderá pleitear, concorrendo com as entidades referidas no *caput,* a liberação de valores para o custeio de despesas de projetos, sujeitando-se aos requisitos exigidos no artigo 13, sendo dispensado o cadastro exigido na Seção II deste Capítulo. |

**1.1.2** – O cadastro perante o Juízo será efetuado apenas **uma vez** **e valerá por tempo indeterminado**, razão pela qual deve existir apenas um Processo de Cadastramento de Entidade (PCE). Eventuais alterações no cadastro devem ser objeto de pedido específico.

**1.1.3** – A Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014 divide:

I – as normas relativas ao Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) nos artigos 36 a 39 (Capítulo III, Seção II, Subseção I);

II – as normas referentes à manutenção, alteração e exclusão do cadastro, nos artigos 40 a 42 (Capítulo III, Seção II, Subseção II);

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| **Subseção I**  **Do Processo de Cadastramento de Entidade (PCE)**  **Art. 36** As entidades públicas ou privadas com finalidade social que desejarem receber valores de prestação pecuniária decorrentes de penas ou medidas alternativas deverão apresentar pedido de cadastramento junto à Comarca ou Foro.  § 1º A apreciação do pedido de cadastro competirá às varas judiciais a que atribuídas as competências:  I – criminal especializada na execução penal em meio aberto; ou  II – do juizado especial criminal.  *- Ver Resolução nº 93/2013 do Órgão Especial.*  § 2º A entidade deverá apresentar somente um pedido de cadastro em cada Comarca ou Foro que, se deferido, constará do *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, passível de aproveitamento por todas as Varas Judiciais da respectiva Comarca ou Foro.  § 3º Nas Comarcas e Foros em que existir mais de uma Vara Judicial a que atribuídas as competências previstas no § 1º, apenas uma delas poderá ficar responsável pela apreciação do pedido, desde que haja ajuste entre as Varas Judiciais, disciplinada em Portaria Conjunta que deve ser comunicada à Corregedoria-Geral da Justiça para anotação.  **Art. 37** O pedido de cadastro deverá:  I – estar acompanhado da documentação pertinente, de acordo com a espécie da entidade – se pública (§ 1º) ou privada (§ 2º);  II – indicar a área territorial de atuação da entidade;  III – apontar o número de vagas para prestação de serviço e respectivas áreas, se a entidade disponibilizá-las.  § 1º As entidades públicas que apresentarem pedido de cadastramento deverão anexar documentação comprobatória de sua personalidade jurídica.  § 2º As entidades privadas que apresentarem pedido de cadastramento deverão apresentar:  I – comprovante do registro de seu ato constitutivo, no qual sejam identificadas:  a) sua finalidade social;  b) entre suas atividades, a colaboração com a área de execução penal;  c) finalidade não-lucrativa;  II – comprovante de inscrição e situação cadastral regular no CNPJ;  III – a identificação e qualificação completa dos seus dirigentes, especificando seu representante legal e eventual mandato.  **Art. 38** O pedido de cadastramento da entidade deve ser recebido, digitalizado e cadastrado pela Escrivania/Secretaria na área de competência “Gestão de Valores – Prestação Pecuniária” do Sistema PROJUDI, sendo autuado com a classe “Processo Administrativo” e assunto “Processo de Cadastramento de Entidade (PCE)”.  § 1º A Escrivania/Secretaria registrará como partes no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE):  I – Requerente: a entidade que postula o cadastro;  II – Requerido: o Juízo em que tramita o procedimento.  § 2º O Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) deve ser individualizado por entidade.  **Art. 39** Após a autuação do Processo de Cadastramento de Entidade (PCE), a Escrivania/Secretaria, sequencialmente:  I – lavrará certidão atestando:  a) que a entidade requerente não se encontra cadastrada ou em processo de cadastramento perante outro Juízo da mesma Comarca/Foro;  b) que a entidade apresentou o pedido e documentação em conformidade com o artigo 37.  II – remeterá os autos para análise:  a) da equipe técnica, onde houver;  b) do Ministério Público;  c) do Juiz.  § 1º Se o pedido e/ou documentação não estiverem em conformidade com o artigo 37, antes da remessa a que alude o inciso II do *caput,* a Escrivania/Secretaria intimará a entidade para regularização no prazo de 5 (cinco) dias, por meio idôneo de comunicação, preferencialmente *e-mail* ou telefone.  § 2º O Juiz, de ofício, indeferirá o pedido e determinará o seu arquivamento quando:  I – a entidade requerente se encontrar cadastrada ou em processo de cadastramento perante outro Juízo;  II – intimada, a entidade requerente não regularizar seu pedido e/ou documentação de acordo com o artigo 37.  § 3º Da decisão referida no § 2º não cabe reconsideração ou recurso.  § 4º Da decisão prolatada pelo Juiz será cientificada a entidade requerente por meio idôneo de comunicação, preferencialmente *e-mail* ou telefone.  § 5º Indeferido o pedido de cadastramento, não será admissível sua retificação no mesmo processo, podendo ser formulado novo requerimento pela entidade, no qual deverá ser comprovado o saneamento de eventuais irregularidades.  § 6º Deferido o pedido, a Escrivania/Secretaria:  I – promoverá o cadastramento da entidade no campo *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos;  II – arquivará o processo, após as baixas necessárias.  **Subseção II**  **Da Manutenção, Alteração e Exclusão do Cadastro**  **Art. 40** O cadastro da entidade perante a Comarca ou Foro valerá por tempo indeterminado.  § 1º Quando da modificação do estatuto social ou de dados cadastrais da entidade, esta deverá formular pedido de alteração do cadastro.  § 2º O pedido de alteração do cadastro será digitalizado e juntado pela Escrivania/Secretaria no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que foi deferido, mesmo que esteja arquivado.  § 3º Após a juntada do pedido de alteração do cadastro, o processo será concluso ao Juiz, que poderá:  I – determinar diligências à entidade, fixando o respectivo prazo;  II – deferir o pedido;  III – indeferir o pedido.  § 4º A decisão que deferir ou indeferir o pedido de alteração do cadastro será comunicada à entidade por meio idôneo de comunicação, preferencialmente *e-mail* ou telefone.  § 5º Deferido o pedido de alteração de cadastro, a Escrivania/Secretaria fará a retificação no campo *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos.  § 6º Apreciado o pedido de alteração de cadastro em Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que se encontrava arquivado, este retornará ao arquivo.  **Art. 41** O cadastro da entidade perante a Comarca ou Foro pode ser excluído em razão de:  I – decisão judicial proferida no Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC);  a) que interromper a execução do projeto contemplado;  b) que julgar as contas desaprovadas; ou  c) que julgar as contas não prestadas;  II – pedido formulado pela própria entidade.  § 1º A exclusão do cadastro motivada por decisão judicial deverá ser comunicada pelo Juízo prolator à Vara Judicial que deferiu o cadastramento da entidade.  § 2º O pedido de exclusão do cadastro deverá ser apresentado pela entidade junto à Vara Judicial que deferiu o cadastramento.  § 3º A comunicação ou o pedido de exclusão do cadastro serão juntados pela Escrivania/Secretaria no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que foi deferido, mesmo que esteja arquivado.  § 4º Em ambas as hipóteses, a Escrivania/Secretaria anotará a exclusão da entidade no campo *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos.  § 5º Dispensa-se a comunicação à entidade da anotação da exclusão do cadastro.  § 6º Se a comunicação ou o pedido de exclusão do cadastro for juntada em Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que se encontrava arquivado, este retornará ao arquivo.  **Art. 42** Uma vez excluída do cadastro, a entidade não poderá se habilitar em Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC), salvo se tiver deferido novo pedido de cadastro, na forma da Subseção I desta Seção.  Parágrafo único. Se a exclusão é decorrente de decisão judicial prolatada em Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC), no novo pedido de cadastro deverá ser comprovado pela entidade o saneamento de eventuais irregularidades. |

## 1.2 DO PROCESSO DE CADASTRAMENTO DE ENTIDADE (PCE)

### 1.2.1 DEFINIÇÃO:

**1.2.1.1** – O Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) é o pedido efetuado pela entidade que deseja receber valores de prestações pecuniárias para o pagamento de projetos.

**1.2.1.2** – A existência do Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) não garante que a entidade cadastrada vá receber os valores. Apenas credencia a entidade a participar dos processos que vão disponibilizar recursos. Se o projeto for contemplado, aí sim a entidade receberá os valores. Em resumo:

### 1.2.2 ONDE APRESENTAR O PEDIDO DE CADASTRO?

**1.2.2.1** – O pedido de cadastro deve ser apresentado pela entidade na sua Comarca / Foro às varas judiciais a que atribuídas as competências:

I – criminal especializada na execução penal em meio aberto; ou

II – do juizado especial criminal.

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png  **ATENÇÃO!!!** |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png **A ENTIDADE DEVE APRESENTAR SOMENTE UM PEDIDO DE CADASTRO**, ainda que na Comarca / Foro exista mais de uma Vara Judicial que possa receber o pedido. |

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| **Art. 36** As entidades públicas ou privadas com finalidade social que desejarem receber valores de prestação pecuniária decorrentes de penas ou medidas alternativas deverão apresentar pedido de cadastramento junto à Comarca ou Foro.  § 1º A apreciação do pedido de cadastro competirá às varas judiciais a que atribuídas as competências:  I – criminal especializada na execução penal em meio aberto; ou  II – do juizado especial criminal.  *- Ver Resolução nº 93/2013 do Órgão Especial.*  § 2º A entidade deverá apresentar somente um pedido de cadastro em cada Comarca ou Foro que, se deferido, constará do *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, passível de aproveitamento por todas as Varas Judiciais da respectiva Comarca ou Foro.  § 3º Nas Comarcas e Foros em que existir mais de uma Vara Judicial a que atribuídas as competências previstas no § 1º, apenas uma delas poderá ficar responsável pela apreciação do pedido, desde que haja ajuste entre as Varas Judiciais, disciplinada em Portaria Conjunta que deve ser comunicada à Corregedoria-Geral da Justiça para anotação. |

**1.2.2.2** – O pedido de cadastro pode ser apresentado nas seguintes Varas Judiciais:

|  |
| --- |
| TABELA 01 |
| VARAS JUDICIAIS COMPETENTES PARA O CADASTRO |

|  |  |
| --- | --- |
| **COMARCA / FORO** | **JUÍZO(S) COMPETENTE(S)** |
| **ALMIRANTE TAMANDARÉ** | 2ª Vara Criminal |
| **ALMIRANTE TAMANDARÉ** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **ALTO PARANÁ** | Juízo Único |
| **ALTO PIQUIRI** | Juízo Único |
| **ALTÔNIA** | Juízo Único |
| **AMPÉRE** | Juízo Único |
| **ANDIRÁ** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **ANTONINA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **APUCARANA** | 2ª Vara Criminal |
| **APUCARANA** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **ARAPONGAS** | 2ª Vara Criminal |
| **ARAPONGAS** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **ARAPOTI** | Juízo Único |
| **ARAUCÁRIA** | Vara Criminal |
| **ARAUCÁRIA** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **ASSAÍ** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **ASSIS CHATEAUBRIAND** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **ASTORGA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **BANDEIRANTES** | Vara Criminal, Infância e Juventude, Família e Sucessões e Juizado Especial Criminal |
| **BARBOSA FERRAZ** | Juízo Único |
| **BARRACÃO** | Juízo Único |
| **BELA VISTA DO PARAÍSO** | Juízo Único |
| **BOCAIÚVA DO SUL** | Juízo Único |
| **CAMBARÁ** | Juízo Único |
| **CAMBÉ** | Vara Criminal |
| **CAMBÉ** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CAMPINA DA LAGOA** | Juízo Único |
| **CAMPINA GRANDE DO SUL** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **CAMPO LARGO** | Vara Criminal |
| **CAMPO LARGO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CAMPO MOURÃO** | 2ª Vara Criminal |
| **CAMPO MOURÃO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CÂNDIDO DE ABREU** | Juízo Único |
| **CANTAGALO** | Juízo Único |
| **CAPANEMA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES** | Juízo Único |
| **CARLÓPOLIS** | Juízo Único |
| **CASCAVEL** | Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas |
| **CASCAVEL** | 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CASCAVEL** | 2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CASCAVEL** | 3º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CASTRO** | Vara Criminal |
| **CASTRO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CATANDUVAS** | Juízo Único |
| **CENTENÁRIO DO SUL** | Juízo Único |
| **CERRO AZUL** | Juízo Único |
| **CHOPINZINHO** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **CIANORTE** | Vara Criminal |
| **CIANORTE** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CIDADE GAÚCHA** | Juízo Único |
| **CLEVELÂNDIA** | Juízo Único |
| **COLOMBO** | 2ª Vara Criminal |
| **COLOMBO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **COLORADO** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **CONGONHINHAS** | Juízo Único |
| **CORBÉLIA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **CORNÉLIO PROCÓPIO** | Vara Criminal |
| **CORNÉLIO PROCÓPIO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CORONEL VIVIDA** | Juízo Único |
| **CRUZEIRO DO OESTE** | Vara Criminal, Infância e Juventude, Família e Sucessões e Juizado Especial Criminal |
| **CRUZEIRO DO OESTE** | Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios |
| **CURITIBA** | 1ª Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas |
| **CURITIBA** | 2ª Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Cartas Precatórias Criminais |
| **CURITIBA** | 2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 4º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 5º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 6º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 8º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 9º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública – Sítio Cercado |
| **CURITIBA** | 10º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública – Sítio Cercado |
| **CURITIBA** | 11º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 12º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 13º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 14º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | 15º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **CURITIBA** | Vara Descentralizada de Santa Felicidade |
| **CURITIBA** | Vara Descentralizada da Cidade Industrial |
| **CURITIBA** | Vara Descentralizada do Pinheirinho |
| **CURIÚVA** | Juízo Único |
| **DOIS VIZINHOS** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **ENGENHEIRO BELTRÃO** | Juízo Único |
| **FAXINAL** | Juízo Único |
| **FAZENDA RIO GRANDE** | Vara Criminal |
| **FAZENDA RIO GRANDE** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **FORMOSA DO OESTE** | Juízo Único |
| **FOZ DO IGUAÇU** | Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas[[1]](#footnote-2) |
| **FRANCISCO BELTRÃO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **FRANCISCO BELTRÃO** | Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios |
| **GOIOERÊ** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **GRANDES RIOS** | Juízo Único |
| **GUAÍRA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **GUARANIAÇU** | Juízo Único |
| **GUARAPUAVA** | Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios |
| **GUARAPUAVA** | 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **GUARAPUAVA** | 2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **GUARATUBA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **IBAITI** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **IBIPORÃ** | Vara Criminal |
| **IBIPORÃ** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **ICARAÍMA** | Juízo Único |
| **IMBITUVA** | Juízo Único |
| **IPIRANGA** | Juízo Único |
| **IPORÃ** | Juízo Único |
| **IRATI** | Vara Criminal, Infância e Juventude, Família e Sucessões e Juizado Especial Criminal |
| **IRETAMA** | Juízo Único |
| **IVAIPORÃ** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **JACAREZINHO** | Vara Criminal |
| **JACAREZINHO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **JAGUAPITÃ** | Juízo Único |
| **JAGUARIAÍVA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **JANDAIA DO SUL** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **JOAQUIM TÁVORA** | Juízo Único |
| **LAPA** | Vara Criminal, Infância e Juventude e Família e Sucessões |
| **LAPA** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **LARANJEIRAS DO SUL** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **LOANDA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **LONDRINA** | Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas |
| **LONDRINA** | 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **LONDRINA** | 2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **LONDRINA** | 3º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **LONDRINA** | 4º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **LONDRINA** | 5º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **LONDRINA** | 6º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **MALLET** | Juízo Único |
| **MAMBORÊ** | Juízo Único |
| **MANDAGUAÇU** | Juízo Único |
| **MANDAGUARI** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **MANGUEIRINHA** | Juízo Único |
| **MANOEL RIBAS** | Juízo Único |
| **MARECHAL CÂNDIDO RONDON** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública[[2]](#footnote-3) |
| **MARIALVA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **MARILÂNDIA DO SUL** | Juízo Único |
| **MARINGÁ** | Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas |
| **MARINGÁ** | 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **MARINGÁ** | 2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **MARINGÁ** | 3º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **MARINGÁ** | 4º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **MARMELEIRO** | Juízo Único |
| **MATELÂNDIA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **MATINHOS** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **MEDIANEIRA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **MORRETES** | Juízo Único |
| **NOVA AURORA** | Juízo Único |
| **NOVA ESPERANÇA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **NOVA FÁTIMA** | Juízo Único |
| **NOVA LONDRINA** | Juízo Único |
| **ORTIGUEIRA** | Juízo Único |
| **PALMAS** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **PALMEIRA** | Juízo Único |
| **PALMITAL** | Juízo Único |
| **PALOTINA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **PARAÍSO DO NORTE** | Juízo Único |
| **PARANACITY** | Juízo Único |
| **PARANAGUÁ** | 2ª Vara Criminal |
| **PARANAGUÁ** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **PARANAVAÍ** | 2ª Vara Criminal |
| **PARANAVAÍ** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **PATO BRANCO** | Vara Criminal |
| **PATO BRANCO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **PEABIRU** | Juízo Único |
| **PÉROLA** | Juízo Único |
| **PINHAIS** | Vara Criminal |
| **PINHAIS** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **PINHÃO** | Juízo Único |
| **PIRAÍ DO SUL** | Juízo Único |
| **PIRAQUARA** | Vara Criminal |
| **PIRAQUARA** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **PITANGA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **PONTA GROSSA** | Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas[[3]](#footnote-4) |
| **PONTAL DO PARANÁ** | Juízo Único |
| **PORECATU** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **PRIMEIRO DE MAIO** | Juízo Único |
| **PRUDENTÓPOLIS** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **QUEDAS DO IGUAÇU** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **REALEZA** | Juízo Único |
| **REBOUÇAS** | Juízo Único |
| **RESERVA** | Juízo Único |
| **RIBEIRÃO CLARO** | Juízo Único |
| **RIBEIRÃO DO PINHAL** | Juízo Único |
| **RIO BRANCO DO SUL** | Vara Criminal, Infância e Juventude e Família e Sucessões |
| **RIO BRANCO DO SUL** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **RIO NEGRO** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **ROLÂNDIA** | Vara Criminal e Juizado Especial Criminal |
| **SALTO DO LONTRA** | Juízo Único |
| **SANTA FÉ** | Juízo Único |
| **SANTA HELENA** | Juízo Único |
| **SANTA ISABEL DO IVAÍ** | Juízo Único |
| **SANTA MARIANA** | Juízo Único |
| **SANTO ANTÔNIO DA PLATINA** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE** | Juízo Único |
| **SÃO JERÔNIMO DA SERRA** | Juízo Único |
| **SÃO JOÃO** | Juízo Único |
| **SÃO JOÃO DO IVAÍ** | Juízo Único |
| **SÃO JOÃO DO TRIUNFO** | Juízo Único |
| **SÃO JOSÉ DOS PINHAIS** | Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas |
| **SÃO JOSÉ DOS PINHAIS** | 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **SÃO JOSÉ DOS PINHAIS** | 2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **SÃO JOSÉ DOS PINHAIS** | 3º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **SÃO MATEUS DO SUL** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **SÃO MIGUEL DO IGUAÇU** | Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal |
| **SARANDI** | 2ª Vara Criminal |
| **SARANDI** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **SENGÉS** | Juízo Único |
| **SERTANÓPOLIS** | Juízo Único |
| **SIQUEIRA CAMPOS** | Juízo Único |
| **TEIXEIRA SOARES** | Juízo Único |
| **TELÊMACO BORBA** | Vara Criminal |
| **TELÊMACO BORBA** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **TERRA BOA** | Juízo Único |
| **TERRA RICA** | Juízo Único |
| **TERRA ROXA** | Juízo Único |
| **TIBAGI** | Juízo Único |
| **TOLEDO** | 2ª Vara Criminal |
| **TOLEDO** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **TOMAZINA** | Juízo Único |
| **UBIRATÃ** | Juízo Único |
| **UMUARAMA** | 2ª Vara Criminal |
| **UMUARAMA** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **UNIÃO DA VITÓRIA** | 2ª Vara Criminal |
| **UNIÃO DA VITÓRIA** | Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública |
| **URAÍ** | Juízo Único |
| **WENCESLAU BRAZ** | Juízo Único |
| **XAMBRÊ** | Juízo Único |

### 1.2.3 COMO APRESENTAR O PEDIDO?

**1.2.3.1** – O pedido de cadastro deve obedecer a Modelo específico e:

I – indicar a área territorial de atuação da entidade;

II – apontar o número de vagas para prestação de serviço e respectivas áreas, se a entidade disponibilizá-las;

III – informar os seguintes dados da entidade:

a) CNPJ;

b) endereço;

c) conta bancária que será utilizada para depósito de eventuais valores a serem recebidos.

**1.2.3.2** – O pedido de cadastro deve estar acompanhado da documentação exigida no art. 37 da Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014, de acordo com o tipo de entidade (se pública ou privada).

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| **Art. 37** O pedido de cadastro deverá:  I – estar acompanhado da documentação pertinente, de acordo com a espécie da entidade – se pública (§ 1º) ou privada (§ 2º);  II – indicar a área territorial de atuação da entidade;  III – apontar o número de vagas para prestação de serviço e respectivas áreas, se a entidade disponibilizá-las.  § 1º As entidades públicas que apresentarem pedido de cadastramento deverão anexar documentação comprobatória de sua personalidade jurídica.  § 2º As entidades privadas que apresentarem pedido de cadastramento deverão apresentar:  I – comprovante do registro de seu ato constitutivo, no qual sejam identificadas:  a) sua finalidade social;  b) entre suas atividades, a colaboração com a área de execução penal;  c) finalidade não-lucrativa;  II – comprovante de inscrição e situação cadastral regular no CNPJ;  III – a identificação e qualificação completa dos seus dirigentes, especificando seu representante legal e eventual mandato. |

**1.2.3.3** – A entidade pública apresentará seu pedido de cadastro de acordo com o **MODELO 01** e acompanhado de documentação comprobatória de sua personalidade jurídica.

|  |
| --- |
| C:\Users\Microsoft\Desktop\1442420484_TextDocument.png  **ENTIDADE PÚBLICA** |
| C:\Users\Microsoft\Desktop\1442420484_TextDocument.pngPedido conforme **MODELO 01**.  C:\Users\Microsoft\Desktop\1442420484_TextDocument.png Pedido acompanhado de documentação comprobatória da personalidade jurídica. |

|  |
| --- |
| MODELO 01 |
| PEDIDO DE CADASTRO – ENTIDADE PÚBLICA |

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA JUDICIAL DA COMARCA / FORO DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **ENTIDADE PÚBLICA** inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem à presença de Vossa Excelência a fim de apresentar **PEDIDO DE CADASTRAMENTO** para que possa concorrer ao recebimento de valores oriundos de prestações pecuniárias, prestando as seguintes informações:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ENDEREÇO** | Logradouro |  |
| Nº |  |
| Complemento |  |
| Bairro |  |
| Cidade / UF |  |
| CEP |  |
| **TELEFONE** |  | |
| **E-MAIL** |  | |
| **ÁREA TERRITORIAL** | A entidade desenvolve suas atividades na(s) seguinte(s) área(s) territorial(is): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. | |
| **PRESTADORES DE SERVIÇO** | ( ) A entidade não possui vagas para prestadores de serviço. | |
| ( ) A entidade disponibiliza o total de \_\_ vagas para prestadores de serviço, nas áreas abaixo:  a) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;  b) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;  c) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;  d) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;  e) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; | |

Ainda, indica-se a seguinte conta bancária da entidade para depósito dos valores que serão disputados pela entidade em processo futuro:

|  |  |
| --- | --- |
| **BANCO** |  |
| **AGÊNCIA Nº** |  |
| **CONTA Nº** |  |
| **ESPÉCIE DE CONTA** | ( ) CORRENTE  ( ) OUTRAS: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **OPERAÇÃO Nº** |  |

Por fim, visando dar cumprimento à Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014 da CGJ/PR e do MP/PR, apresentamos em anexo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Marcar com um X os documentos apresentados** | **Documentos Obrigatórios** |
|  | Ato Normativo que criou a entidade |
|  | Ato Normativo que designou / nomeou seu representante legal |

Nestes termos. Pede deferimento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL**

**1.2.3.4** – A entidade privada apresentará seu pedido de cadastro de acordo com o **MODELO 02** e acompanhado de:

I – comprovante do registro de seu ato constitutivo, no qual sejam identificadas:

a) sua finalidade social;

b) entre suas atividades, a colaboração com a área de execução penal;

c) finalidade não-lucrativa;

II – comprovante de inscrição e situação cadastral regular no CNPJ;

III – a identificação e qualificação completa dos seus dirigentes, especificando seu representante legal e eventual mandato.

|  |
| --- |
| C:\Users\Microsoft\Desktop\1442420484_TextDocument.png  **ENTIDADE PRIVADA** |
| C:\Users\Microsoft\Desktop\1442420484_TextDocument.pngPedido conforme **MODELO 02**.  C:\Users\Microsoft\Desktop\1442420484_TextDocument.png Pedido acompanhado de:  I – comprovante do registro de seu ato constitutivo, no qual sejam identificadas:  a) sua finalidade social;  b) entre suas atividades, a colaboração com a área de execução penal;  c) finalidade não-lucrativa;  II – comprovante de inscrição e situação cadastral regular no CNPJ, obtida no **LINK 01**;  III – a identificação e qualificação completa dos seus dirigentes, especificando seu representante legal e eventual mandato. |

|  |
| --- |
| LINK 01 |
| COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ E DE MANUTENÇÃO REGULAR |

<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp>

|  |
| --- |
| MODELO 02 |
| PEDIDO DE CADASTRO – ENTIDADE PRIVADA |

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA JUDICIAL DA COMARCA / FORO DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **ENTIDADE PRIVADA** inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem à presença de Vossa Excelência a fim de apresentar **PEDIDO DE CADASTRAMENTO** para que possa concorrer ao recebimento de valores oriundos de prestações pecuniárias, prestando as seguintes informações:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ENDEREÇO** | Logradouro |  | |
| Nº |  | |
| Complemento |  | |
| Bairro |  | |
| Cidade / UF |  | |
| CEP |  | |
| **TELEFONE** |  | | |
| **E-MAIL** |  | | |
| **ÁREA TERRITORIAL** | A entidade desenvolve suas atividades na(s) seguinte(s) área(s) territorial(is): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. | | |
| **PRESTADORES DE SERVIÇO** | ( ) A entidade não possui vagas para prestadores de serviço. | | |
| ( ) A entidade disponibiliza o total de \_\_ vagas para prestadores de serviço, nas áreas abaixo:  a) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;  b) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;  c) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;  d) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;  e) \_\_\_\_ vagas para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; | | |
| **REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE** | FUNÇÃO | |  |
| MANDATO | |  |
| NOME | |  |
| RG | |  |
| CPF | |  |
| ENDEREÇO | |  |
| E-MAIL | |  |
| TELEFONE | |  |
| **DIRIGENTE 01** | FUNÇÃO | |  |
| MANDATO | |  |
| NOME | |  |
| RG | |  |
| CPF | |  |
| ENDEREÇO | |  |
| E-MAIL | |  |
| TELEFONE | |  |
| **DIRIGENTE 02** | FUNÇÃO | |  |
| MANDATO | |  |
| NOME | |  |
| RG | |  |
| CPF | |  |
| ENDEREÇO | |  |
| E-MAIL | |  |
| TELEFONE | |  |

Ainda, indica-se a seguinte conta bancária da entidade para depósito dos valores que serão disputados pela entidade em processo futuro:

|  |  |
| --- | --- |
| **BANCO** |  |
| **AGÊNCIA Nº** |  |
| **CONTA Nº** |  |
| **ESPÉCIE DE CONTA** | ( ) CORRENTE  ( ) OUTRAS: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **OPERAÇÃO Nº** |  |

Por fim, visando dar cumprimento à Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014 da CGJ/PR e do MP/PR, apresentamos em anexo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Marcar com um X os documentos apresentados** | **Documentos Obrigatórios** |
|  | Comprovante de inscrição e situação cadastral regular no CNPJ |
|  | Estatuto Social |
|  | Alterações do Estatuto Social |
|  | Última Ata de Eleição da Diretoria |
|  | Cópias dos Documentos Pessoais dos Dirigentes (RG e CPF) |

Nestes termos. Pede deferimento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL**

### 1.2.4 DA AUTUAÇÃO DO PEDIDO COMO PROCESSO DE CADASTRO DE ENTIDADE (PCE)

**1.2.4.1** – A escrivania / secretaria que receber o pedido de cadastramento e respectiva documentação, deverá digitalizá-los, promovendo sua autuação na área de competência “Gestão de Valores – Prestação Pecuniária” do Sistema PROJUDI.

**1.2.4.2** – O pedido será autuado com a classe “**Processo Administrativo**” e assunto “**Processo de Cadastramento de Entidade**”.

**1.2.4.3** – Constarão como partes do Processo de Disponibilização de Recursos (PDR):

I – Requerente: a entidade que apresentou o pedido;

II – Requerido: Juízo (**parte padrão do sistema PROJUDI**)

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png  **ATENÇÃO!!!** |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png O Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) é individual, ou seja, pode figurar como requerente apenas uma entidade. |

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| **Art. 38** O pedido de cadastramento da entidade deve ser recebido, digitalizado e cadastrado pela Escrivania/Secretaria na área de competência “Gestão de Valores – Prestação Pecuniária” do Sistema PROJUDI, sendo autuado com a classe “Processo Administrativo” e assunto “Processo de Cadastramento de Entidade (PCE)”.  § 1º A Escrivania/Secretaria registrará como partes no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE):  I – Requerente: a entidade que postula o cadastro;  II – Requerido: o Juízo em que tramita o procedimento.  § 2º O Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) deve ser individualizado por entidade. |

**1.2.4.4** – Para promover a autuação, siga as etapas abaixo (*exemplo de um processo na Vara Descentralizada de Santa Felicidade*):

|  |
| --- |
| MANUSEIO DE SISTEMAS 01 |
| AUTUAÇÃO DO PROCESSO DE CADASTRO DE ENTIDADE |

|  |
| --- |
| **1º PASSO** |
| Acessar o Sistema PROJUDI na área de Gestão de Valores – Prestação Pecuniária |
|  |

|  |
| --- |
| **2º PASSO** |
| Vá na aba “Processos” > “Cadastrar nova ação” |
|  |

|  |
| --- |
| **3º PASSO** |
| Na 1ª Parte do Cadastro (Informações Iniciais) não é necessário anotar nada.  Basta clicar em “Próximo Passo”. |
|  |

|  |
| --- |
| **4º PASSO** |
| Na 2ª Parte do Cadastro (Informações Processuais) devem ser selecionadas:  **Classe Processual: 1298 – Processo Administrativo**  **Assunto Principal:** **50011 – Processo de Cadastramento de Entidade**  Após, clicar em “Próximo Passo”. |
|  |

|  |
| --- |
| **5º PASSO** |
| Na 3ª Parte do Cadastro (Partes do Processo) não se deve modificar o polo passivo.  Deve-se clicar em Adicionar para inserir a entidade como polo ativo.    Clicar no ícone .    Digitar o nome da entidade e clicar em “Pesquisar”.  Se a entidade não possuir cadastro no Sistema, aparecerá a mensagem “Nenhum registro encontrado”, devendo clicar em “Criar Novo(a)”.    Aparecerá a tela de consulta do IIPR. Como a entidade é pessoa jurídica, clicar em “Cancelar”.    Selecionar a opção “Pessoa Jurídica” e preencher o nome o CNPJ da entidade. Após, clicar em “Salvar”.    Cadastrar o endereço completo, telefone e e-mail da entidade e, em seguida, clicar em “Salvar”:    Confirmar a seleção do endereço.    Voltará ao cadastro de partes, com a entidade criada / selecionada. Clicar em “Salvar”    Voltará à tela Partes do Processo. Basta clicar em “Próximo Passo” |

|  |
| --- |
| **6º PASSO** |
| Na 4ª Parte do Cadastro (Representantes) não é necessário anotar nada.  Basta clicar em “Próximo Passo” |
|  |

|  |
| --- |
| **7º PASSO** |
| Na 5ª Parte do Cadastro (Advogados) não é necessário anotar nada.  Basta clicar em “Próximo Passo” |
|  |

|  |
| --- |
| **8º PASSO** |
| Na 6ª Parte do Cadastro (Informações Adicionais) não é necessário anotar nada.  Basta clicar em “Próximo Passo” |
|  |

|  |
| --- |
| **9º PASSO** |
| Na 7ª Parte do Cadastro (Juntada de Documentos) devem ser juntados  a) o pedido de cadastro;  b) a documentação apresentada pela entidade;  Após a seleção dos arquivos digitalizados, assinatura e juntada, deve-se clicar em “Próximo Passo” |
|  |

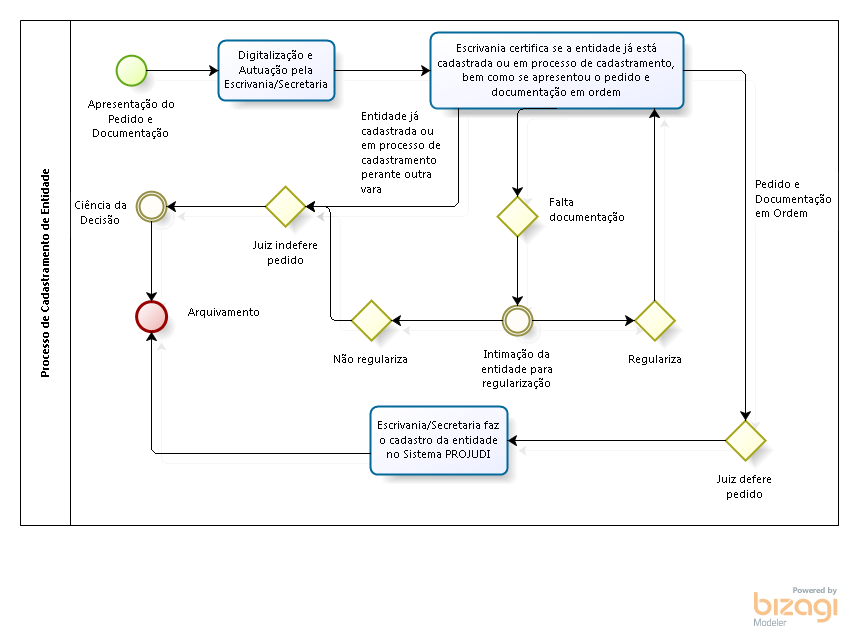
|  |
| --- |
| **10º PASSO** |
| Na 8ª Parte do Cadastro (Características do Processo) não é necessário anotar nada.  Basta clicar em “Salvar” e a autuação estará concluída. |
|  |

### 1.2.5 DO TRÂMITE DO PROCESSO DE CADASTRO DE ENTIDADE (PCE)

**1.2.5.1** – O Processo de Cadastro de Entidade (PCE) tramitará de acordo com o art. 39 da Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014 e segundo o **FLUXOGRAMA 01**.

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| **Art. 39** Após a autuação do Processo de Cadastramento de Entidade (PCE), a Escrivania/Secretaria, sequencialmente:  I – lavrará certidão atestando:  a) que a entidade requerente não se encontra cadastrada ou em processo de cadastramento perante outro Juízo da mesma Comarca/Foro;  b) que a entidade apresentou o pedido e documentação em conformidade com o artigo 37.  II – remeterá os autos para análise:  a) da equipe técnica, onde houver;  b) do Ministério Público;  c) do Juiz.  § 1º Se o pedido e/ou documentação não estiverem em conformidade com o artigo 37, antes da remessa a que alude o inciso II do *caput,* a Escrivania/Secretaria intimará a entidade para regularização no prazo de 5 (cinco) dias, por meio idôneo de comunicação, preferencialmente *e-mail* ou telefone.  § 2º O Juiz, de ofício, indeferirá o pedido e determinará o seu arquivamento quando:  I – a entidade requerente se encontrar cadastrada ou em processo de cadastramento perante outro Juízo;  II – intimada, a entidade requerente não regularizar seu pedido e/ou documentação de acordo com o artigo 37.  § 3º Da decisão referida no § 2º não cabe reconsideração ou recurso.  § 4º Da decisão prolatada pelo Juiz será cientificada a entidade requerente por meio idôneo de comunicação, preferencialmente *e-mail* ou telefone.  § 5º Indeferido o pedido de cadastramento, não será admissível sua retificação no mesmo processo, podendo ser formulado novo requerimento pela entidade, no qual deverá ser comprovado o saneamento de eventuais irregularidades.  § 6º Deferido o pedido, a Escrivania/Secretaria:  I – promoverá o cadastramento da entidade no campo *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos;  II – arquivará o processo, após as baixas necessárias. |

|  |
| --- |
| FLUXOGRAMA 01 |
| PROCESSO DE CADASTRAMENTO DE ENTIDADE |



**1.2.5.2** – Após a autuação do Processo de Cadastramento de Entidade (PCE), a Escrivania/Secretaria, lavrará certidão (**MODELO 03**) atestando:

I - que a entidade requerente não se encontra cadastrada ou em processo de cadastramento perante outro Juízo da mesma Comarca/Foro;

II - que a entidade apresentou o pedido e documentação corretamente.

|  |
| --- |
| question-y **DÚVIDAS QUE PODEM SURGIR** |
| question-y ***Como saber se a entidade já não está cadastrada?***  ***R****: Deve-se conferir na aba “Cadastro” > “Entidade Prestação Pecuniária”. Ali aparecem as entidades cadastradas e os respectivos processos de cadastramento.*  question-y ***Como saber se a entidade não está em processo de cadastramento?***  ***R****: Deve-se efetuar busca na aba “Processos” > “Busca” > “Avançada”. Digitando o nome da entidade e selecionado a opção “Buscar competências semelhantes na mesma comarca”, aparecerá a existência de outro processo em nome da entidade.* |

|  |
| --- |
| MODELO 03 |
| CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE CADASTRO E DOCUMENTAÇÃO REGULAR |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**C E R T I D Ã O**

Certifico que, consultando o Sistema PROJUDI, constatou-se que a entidade não se encontra cadastrada ou em processo de cadastramento perante outro Juízo desta Comarca/Foro.

Certifico, ainda, que a entidade requerente apresentou o pedido de cadastro e toda documentação exigida pela Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014.

Nada mais. Dou fé.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO SERVIDOR**

**Escrivão / Analista Judiciário / Técnico Judiciário / Técnico de Secretaria / Secretário**

Assinatura Autorizada pelos Decretos Judiciários 753/2011 e 847/2013

**1.2.5.2.1** – Se o pedido e/ou documentação não estiverem corretos, antes da remessa a que alude o inciso II do caput, a Escrivania/Secretaria intimará a entidade para regularização no prazo de 5 (cinco) dias, por meio idôneo de comunicação, preferencialmente e-mail ou telefone.

**1.2.5.2.2** – Se a entidade se encontrar cadastrada ou em processo de cadastramento perante outro Juízo, bem como, na hipótese de não regularização da documentação, será indeferido o pedido de cadastro (**MODELO 04**), vedada sua reabertura nos mesmos autos. Dessa decisão deverá ser cientificada a entidade, não cabendo recurso.

|  |
| --- |
| MODELO 04 |
| DECISÃO INDEFERINDO O PEDIDO DE CADASTRO |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**Autos nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**1**. Tendo em vista que \_\_\_\_\_\_\_\_\_[a entidade requerente se encontra cadastrada / a entidade requerente está em processo de cadastramento / embora intimada, a entidade não regularizou seu pedido / embora intimada, a entidade não regularizou sua documentação], com fundamento no § 2º do art. 39 da Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014 – CGJ e MP/PR, **INDEFIRO** o pedido de cadastro.

**2**. Intime-se a entidade requerente desta decisão por meio idôneo de comunicação, preferencialmente e-mail ou telefone (art. 39, § 4º da INC 02/2014), devendo ser ainda cientificada de que:

a) da decisão não cabe recurso (art. 39, § 3º da INC 02/2014);

b) não é possível a reabertura do pedido nestes autos, podendo ser formulado novo requerimento em processo autônomo, se o indeferimento decorre da ausência de regularização do pedido ou da documentação (art. 39, § 5º da INC 02/2014).

**3**. Cumpridas tais providências, arquive-se.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO(A) MAGISTRADO(A)**

Juiz(a) de Direito

**1.2.5.3** – Inexistindo cadastro ou procedimento de cadastro em trâmite e, apresentado o pedido e documentação, após a lavratura da certidão acima, a escrivania/secretaria remeterá os autos, sequencialmente, para análise:

I – da equipe técnica, onde houver;

II – do Ministério Público;

III – do Juiz.

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png  **ATENÇÃO!!!** |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png A remessa à equipe técnica será efetuada no campo “Outras Remessas”, no Destino “Apoio Especializado – Gestão de Valores Prestação Pecuniária” |

**1.2.5.4** – Deferido o pedido de cadastro (**MODELO 05**), a Escrivania/Secretaria promoverá o cadastramento da entidade no campo “cadastro de entidades” disponível no Sistema PROJUDI.

|  |
| --- |
| MODELO 05 |
| DECISÃO DEFERINDO O PEDIDO DE CADASTRO |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**Autos nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**1**. Estando em ordem a documentação apresentada pela entidade, na forma exigida pela Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014 – CGJ e MP/PR, **DEFIRO** o pedido de cadastro.

**2**. Intime-se a entidade requerente desta decisão por meio idôneo de comunicação, preferencialmente e-mail ou telefone (art. 39, § 4º da INC 02/2014).

**3**. Cumpra a escrivania/secretaria o disposto no art. 39, § 6º, I, da INC 02/2014, promovendo o cadastramento da entidade no campo próprio disponível no Sistema PROJUDI.

**4**. Após, arquive-se.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO(A) MAGISTRADO(A)**

Juiz(a) de Direito

**1.2.5.5** – Para efetuar o cadastro no Sistema PROJUDI, siga as etapas abaixo (*exemplo de um processo na Vara Descentralizada de Santa Felicidade*):

|  |
| --- |
| MANUSEIO DE SISTEMAS 02 |
| EFETUAR O CADASTRO DA ENTIDADE |

|  |
| --- |
| **1º PASSO** |
| Acessar o Sistema PROJUDI na área de Gestão de Valores – Prestação Pecuniária |
|  |

|  |
| --- |
| **2º PASSO** |
| Acessar a aba “Cadastro” > “Entidade Prestação Pecuniária” |
|  |

|  |
| --- |
| **3º PASSO** |
| Aparecerão as entidades já cadastradas na Comarca/Foro.  Basta Clicar em “Novo” |
|  |

|  |
| --- |
| **4º PASSO** |
| Aparecerá a tela de cadastro  Clicar no ícone . |
|  |

|  |
| --- |
| **5º PASSO** |
| Selecionada a opção “número único”, deverá ser inserida a numeração do Processo de Cadastro da respectiva Entidade.  Em seguida, clicar em “Selecionar”. |
|  |

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png  **ATENÇÃO!!!** |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png O sistema PROJUDI efetua algumas validações, podendo informar o(s) seguinte(s) erros(s): |

|  |
| --- |
| **6º PASSO** |
| Com base no número único informado, o sistema PROJUDI importará a respectiva parte requerente. **Por isso é importante cadastrar corretamente a parte quando do ingresso do pedido.**  Deve-se selecionar o tipo de entidade – se PÚBLICA ou PRIVADA.  NÃO deve ser alterada a situação, ficando como **ATIVO**.  Deve-se clicar em “Salvar”. |
|  |

|  |
| --- |
| **7º PASSO** |
| Abrirá a tela do cadastro da entidade com todos os dados informados da parte.  São informados, também os dados do processo de cadastramento (número e vara de origem).  **Havendo alguma incorreção nos dados, a alteração deve ser feita no processo de origem.** |
|  |

|  |
| --- |
| **8º PASSO** |
| Para finalizar o cadastro, devem ser cadastrados os dirigentes / representantes da entidade e a conta bancária indicada, nas respectivas abas. |
| **CADASTRO DE DIRIGENTE/REPRESENTANTE** |
| **CADASTRO DA CONTA BANCÁRIA** |

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png  **ATENÇÃO!!!** |
| C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png Para que seja possível a liberação de valores, é necessário que os dados existentes nos processos e no cadastro estejam corretos. Como o Sistema Uniformizado está integrado com o Sistema PROJUDI, qualquer inconsistência implicará em erro e, por conseguinte, na impossibilidade de repassar valores.  C:\Users\locp\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\2I9IH3OL\1379189802_Warning.png A integração dos Sistemas funcionará, basicamente, da seguinte forma: |

**1.2.5.6** – Efetuado o cadastramento, a escrivania/secretaria certificará nos autos (**MODELO 06**) e, em seguida, arquivará o processo, após as baixas necessárias.

|  |
| --- |
| MODELO 06 |
| CERTIDÃO DE CADASTRO NO PROJUDI |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**C E R T I D Ã O**

Certifico que, em cumprimento à decisão retro:

a) cientifiquei a entidade requerente do teor da decisão, via e-mail, conforme cópia anexa;

**OU**

a) cientifiquei a entidade requerente do teor da decisão, na pessoa de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de contato telefônico efetuado com o nº (\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, realizado na data de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, às \_\_\_h\_\_\_min;

b) efetuei o cadastro da entidade requerente no Sistema PROJUDI.

Nada mais. Dou fé.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO SERVIDOR**

**Escrivão / Analista Judiciário / Técnico Judiciário / Técnico de Secretaria / Secretário**

Assinatura Autorizada pelos Decretos Judiciários 753/2011 e 847/2013

## 1.3 PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO CADASTRO

### 1.3.1 DEFINIÇÃO:

**1.3.1.1** – O pedido de alteração de cadastro é um requerimento simples, formulado pela entidade quando modificado algum dado do cadastro existente no Juízo.

**1.3.1.2** – O pedido de alteração do cadastro está regulamentado no artigo 40 da Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014.

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| **Subseção II**  **Da Manutenção, Alteração e Exclusão do Cadastro**  **Art. 40** O cadastro da entidade perante a Comarca ou Foro valerá por tempo indeterminado.  § 1º Quando da modificação do estatuto social ou de dados cadastrais da entidade, esta deverá formular pedido de alteração do cadastro.  § 2º O pedido de alteração do cadastro será digitalizado e juntado pela Escrivania/Secretaria no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que foi deferido, mesmo que esteja arquivado.  § 3º Após a juntada do pedido de alteração do cadastro, o processo será concluso ao Juiz, que poderá:  I – determinar diligências à entidade, fixando o respectivo prazo;  II – deferir o pedido;  III – indeferir o pedido.  § 4º A decisão que deferir ou indeferir o pedido de alteração do cadastro será comunicada à entidade por meio idôneo de comunicação, preferencialmente *e-mail* ou telefone.  § 5º Deferido o pedido de alteração de cadastro, a Escrivania/Secretaria fará a retificação no campo *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos.  § 6º Apreciado o pedido de alteração de cadastro em Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que se encontrava arquivado, este retornará ao arquivo. |

### 1.3.2 QUANDO DEVE SER EFETUADO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO?

**1.3.2.1** – O pedido de alteração de cadastro deve ser efetuado quando modificada qualquer dado do cadastro anterior, por exemplo, endereço, e-mail, telefone, dados bancários, mudança de diretoria, mudança de estatuto social, etc.

### 1.3.3 PARA QUEM É EFETUADO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO?

**1.3.3.1** – O pedido de alteração de cadastro deve ser efetuado na mesma Vara Judicial que efetuou o cadastro.

|  |
| --- |
| question-y **DÚVIDAS QUE PODEM SURGIR** |
| question-y ***Como saber em qual vara foi apresentado o pedido?***  ***R****: No cadastro da entidade constam a Vara e o processo de origem:* |

### 1.3.4 COMO SE FAZ O PEDIDO DE ALTERAÇÃO?

**1.3.4.1** – O pedido de alteração de cadastro deve ser efetuado conforme **MODELO 07**, indicando os dados que devem ser alterados e eventuais documentos a serem juntados.

|  |
| --- |
| MODELO 07 |
| PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CADASTRO |

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA JUDICIAL DA COMARCA / FORO DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **ENTIDADE CADASTRADA** neste Juízo no Processo de Cadastro de Entidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem à presença de Vossa Excelência a fim de apresentar **PEDIDO DE ALTERAÇÃO** do cadastro, nos seguintes termos:

|  |
| --- |
| **INDICAR DADOS QUE ESTÃO SENDO ALTERADOS** |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

A entidade informa, ainda, que:

|  |  |
| --- | --- |
| **HOUVE ALTERAÇÃO DOS DOCUMENTOS?** | **( ) SIM, JUNTANDO AS ALTERAÇÕES EM ANEXO.**  **( ) NÃO** |
| **EM CASO DE ALTERAÇÃO DE DOCUMENTOS, DESCREVER OS QUE ESTÃO SENDO JUNTADOS AOS AUTOS** | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |
|  | |

Nestes termos. Pede deferimento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

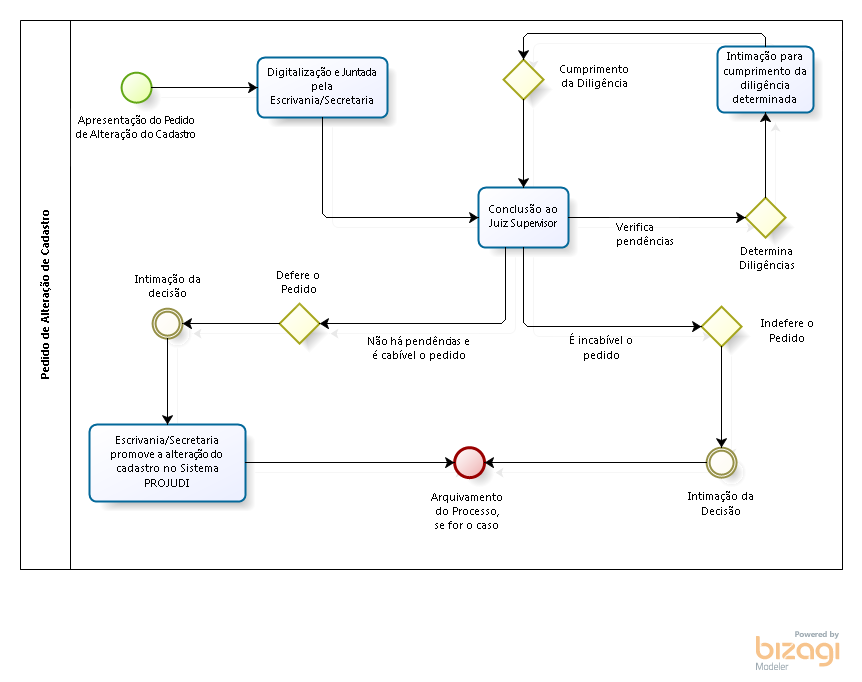
**REPRESENTANTE LEGAL**

### 1.3.5 COMO TRAMITA O PEDIDO DE ALTERAÇÃO?

**1.3.5.1** – O pedido de alteração de cadastro tramita conforme artigo 40 da INC 02/2014 e **FLUXOGRAMA 02**.

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| **Art. 40** O cadastro da entidade perante a Comarca ou Foro valerá por tempo indeterminado.  § 1º Quando da modificação do estatuto social ou de dados cadastrais da entidade, esta deverá formular pedido de alteração do cadastro.  § 2º O pedido de alteração do cadastro será digitalizado e juntado pela Escrivania/Secretaria no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que foi deferido, mesmo que esteja arquivado.  § 3º Após a juntada do pedido de alteração do cadastro, o processo será concluso ao Juiz, que poderá:  I – determinar diligências à entidade, fixando o respectivo prazo;  II – deferir o pedido;  III – indeferir o pedido.  § 4º A decisão que deferir ou indeferir o pedido de alteração do cadastro será comunicada à entidade por meio idôneo de comunicação, preferencialmente *e-mail* ou telefone.  § 5º Deferido o pedido de alteração de cadastro, a Escrivania/Secretaria fará a retificação no campo *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos.  § 6º Apreciado o pedido de alteração de cadastro em Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que se encontrava arquivado, este retornará ao arquivo. |

|  |
| --- |
| FLUXOGRAMA 02 |
| ALTERAÇÃO DO CADASTRO DA ENTIDADE |



**1.3.5.2** – O pedido de alteração do cadastro será digitalizado e juntado pela Escrivania/Secretaria no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que foi deferido o cadastro, mesmo que esteja arquivado.

**1.3.5.3** – Após a juntada do pedido de alteração do cadastro, o processo será concluso ao Juiz, que poderá:

I – determinar diligências à entidade, fixando o respectivo prazo;

II – deferir o pedido, conforme **MODELO 08**;

III – indeferir o pedido, conforme **MODELO 09;**

|  |
| --- |
| MODELO 08 |
| DECISÃO DEFERINDO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CADASTRO |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**Autos nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**1**. **DEFIRO** o pedido de alteração do cadastro.

**2**. Intime-se a entidade requerente desta decisão por meio idôneo de comunicação, preferencialmente e-mail ou telefone (art. 40, § 4º da INC 02/2014).

**3**. Cumpra a escrivania/secretaria o disposto no art. 40, § 5º, da INC 02/2014, promovendo a alteração do cadastro da entidade no campo próprio disponível no Sistema PROJUDI.

**4**. Oportunamente, arquive-se.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO(A) MAGISTRADO(A)**

Juiz(a) de Direito

|  |
| --- |
| MODELO 09 |
| DECISÃO INDEFERINDO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CADASTRO |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**Autos nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**1**. O pedido não se refere à modificação do estatuto social, tampouco dos dados cadastrais da entidade, razão pela qual **INDEFIRO** a alteração do cadastro requerida.

**2**. Intime-se a entidade requerente desta decisão por meio idôneo de comunicação, preferencialmente e-mail ou telefone (art. 40, § 4º da INC 02/2014).

**3**. Oportunamente, arquive-se.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO(A) MAGISTRADO(A)**

Juiz(a) de Direito

**1.3.5.3.1** – A entidade deve ser comunicada das decisões por meio idôneo de comunicação, preferencialmente e-mail ou telefone.

**1.3.5.4** – Deferido o pedido de alteração de cadastro, a Escrivania/Secretaria fará a retificação no campo “cadastro de entidades” disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos (**MODELO 10**).

|  |
| --- |
| MODELO 10 |
| CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO DE CADASTRO NO PROJUDI |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**C E R T I D Ã O**

Certifico que, em cumprimento à decisão retro:

a) cientifiquei a entidade requerente do teor da decisão, via e-mail, conforme cópia anexa;

**OU**

a) cientifiquei a entidade requerente do teor da decisão, na pessoa de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de contato telefônico efetuado com o nº (\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, realizado na data de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, às \_\_\_h\_\_\_min;

b) efetuei a alteração do cadastro da entidade requerente no Sistema PROJUDI.

Nada mais. Dou fé.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO SERVIDOR**

**Escrivão / Analista Judiciário / Técnico Judiciário / Técnico de Secretaria / Secretário**

Assinatura Autorizada pelos Decretos Judiciários 753/2011 e 847/2013

### 1.3.6 COMO FAZER A ALTERAÇÃO NO SISTEMA PROJUDI?

**1.3.6.1** – A alteração do cadastro dependerá dos dados que foram modificados:

I – se referentes ao nome, CNPJ, Endereço, Telefone e e-mail da entidade, devem ser alterados no cadastro de parte do Processo de Cadastramento;

II – se referentes à modificação dos dirigentes / representantes e conta bancária, devem ser alterados no cadastro da Entidade.

**1.3.6.2** – As alterações referentes ao nome, CNPJ, Endereço, Telefone e e-mail da entidade, devem ser efetuadas da seguinte forma:

|  |
| --- |
| MANUSEIO DE SISTEMAS 03 |
| ALTERAÇÃO DO CADASTRO – CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE E E-MAIL |

|  |
| --- |
| **1º PASSO** |
| Acessar o cadastro da entidade no meu “**Cadastro**” > “**Entidade Prestação Pecuniária**”  Selecionar a entidade requerente  Clicar no Processo de Cadastramento que aparece no cadastro |
|  |

|  |
| --- |
| **2º PASSO** |
| No Processo de Cadastramento, na aba “**Partes**”, clicar na entidade requerente |
|  |

|  |
| --- |
| **3º PASSO** |
| Clicar nos dados que se deseja alterar. No exemplo será o endereço: |
|  |

|  |
| --- |
| **4º PASSO** |
| Após selecionar o novo endereço, o Sistema PROJUDI anotará automaticamente no cadastro da entidade: |
|  |

**1.3.6.3** – As alterações referentes à modificação dos dirigentes / representantes e conta bancária devem ser efetuadas da seguinte forma:

|  |
| --- |
| MANUSEIO DE SISTEMAS 04 |
| ALTERAÇÃO DO CADASTRO – REPRESENTANTES E CONTA BANCÁRIA |

|  |
| --- |
| **1º PASSO** |
| Acessar o cadastro da entidade no meu “**Cadastro**” > “**Entidade Prestação Pecuniária**”  Selecionar a entidade requerente  Clicar na aba de cadastro que deseja alterar: “**Dirigentes / Representantes**” ou “**Conta Bancária**”. |
|  |

|  |
| --- |
| **2º PASSO – DIRIGENTES** |
| Em relação à aba “**Dirigentes / Representantes**”, para adicionar alguma pessoa, clique em “Adicionar”.  Se desejar alterar ou remover alguma pessoa, clique primeiro na pessoa e depois nos botões “Alterar” ou “Remover”. |
|  |

|  |
| --- |
| **2º PASSO – CONTA BANCÁRIA** |
| Em relação à aba “**Conta Bancária**”, para alterar ou remover, clique nos botões “Alterar” ou “Remover”. |
|  |

## 1.4 DA EXCLUSÃO DO CADASTRO

### 1.4.1 DEFINIÇÃO:

**1.4.1.1** – A exclusão do cadastro pode ocorrer por:

I – decisão judicial proferida no Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC);

a) que interromper a execução do projeto contemplado;

b) que julgar as contas desaprovadas; ou

c) que julgar as contas não prestadas;

II – pedido formulado pela própria entidade.

|  |
| --- |
| C:\Users\locp\Desktop\1420579225_balance.png  **NORMATIVA(S) CORRELATA(S)** |
| **Art. 41** O cadastro da entidade perante a Comarca ou Foro pode ser excluído em razão de:  I – decisão judicial proferida no Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC);  a) que interromper a execução do projeto contemplado;  b) que julgar as contas desaprovadas; ou  c) que julgar as contas não prestadas;  II – pedido formulado pela própria entidade.  § 1º A exclusão do cadastro motivada por decisão judicial deverá ser comunicada pelo Juízo prolator à Vara Judicial que deferiu o cadastramento da entidade.  § 2º O pedido de exclusão do cadastro deverá ser apresentado pela entidade junto à Vara Judicial que deferiu o cadastramento.  § 3º A comunicação ou o pedido de exclusão do cadastro serão juntados pela Escrivania/Secretaria no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que foi deferido, mesmo que esteja arquivado.  § 4º Em ambas as hipóteses, a Escrivania/Secretaria anotará a exclusão da entidade no campo *“cadastro de entidades”* disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos.  § 5º Dispensa-se a comunicação à entidade da anotação da exclusão do cadastro.  § 6º Se a comunicação ou o pedido de exclusão do cadastro for juntada em Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que se encontrava arquivado, este retornará ao arquivo.  **Art. 42** Uma vez excluída do cadastro, a entidade não poderá se habilitar em Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC), salvo se tiver deferido novo pedido de cadastro, na forma da Subseção I desta Seção.  Parágrafo único. Se a exclusão é decorrente de decisão judicial prolatada em Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC), no novo pedido de cadastro deverá ser comprovado pela entidade o saneamento de eventuais irregularidades. |

|  |
| --- |
| FIGURA 01 |
| EXCLUSÃO DO CADASTRO |

### 1.4.2 EXCLUSÃO A PEDIDO DA ENTIDADE:

**1.4.2.1** – O pedido de exclusão do cadastro deve ser efetuado na mesma Vara Judicial que efetuou o cadastro.

|  |
| --- |
| question-y **DÚVIDAS QUE PODEM SURGIR** |
| question-y ***Como saber em qual vara foi apresentado o pedido?***  ***R****: No cadastro da entidade constam a Vara e o processo de origem:* |

**1.4.2.2** – O pedido de exclusão do cadastro deve ser efetuado conforme **MODELO 11**, não sendo necessário justifica-lo.

|  |
| --- |
| MODELO 11 |
| PEDIDO DE EXCLUSÃO DO CADASTRO PELA ENTIDADE |

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA JUDICIAL DA COMARCA / FORO DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **ENTIDADE CADASTRADA** neste Juízo no Processo de Cadastro de Entidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem à presença de Vossa Excelência a fim de **REQUERER A EXCLUSÃO** do respectivo cadastro.

Nestes termos. Pede deferimento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL**

**1.4.2.3** – O pedido de exclusão do cadastro será digitalizado e juntado pela Escrivania/Secretaria no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que foi deferido o cadastro, mesmo que esteja arquivado.

**1.4.2.4** – Após a juntada do pedido de exclusão do cadastro, o processo será concluso ao Juiz para deferimento do pedido, conforme **MODELO 12**.

|  |
| --- |
| MODELO 12 |
| DECISÃO DEFERINDO A EXCLUSÃO DO CADASTRO |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**Autos nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**1**. **DEFIRO** o pedido de exclusão do cadastro.

**2**. Cumpra a escrivania/secretaria o disposto no art. 41, § 4º, da INC 02/2014, promovendo a anotação da exclusão do cadastro da entidade no campo próprio disponível no Sistema PROJUDI.

**3**. Dispensada a intimação da entidade (art. 41, § 5º da INC 02/2014).

**4**. Oportunamente, arquive-se.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO(A) MAGISTRADO(A)**

Juiz(a) de Direito

**1.4.2.5** – Deferido o pedido de exclusão de cadastro, a Escrivania/Secretaria fará a anotação no campo “cadastro de entidades” disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos (**MODELO 13**).

|  |
| --- |
| MODELO 13 |
| CERTIDÃO DE EXCLUSÃO DE CADASTRO NO PROJUDI |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

**C E R T I D Ã O**

Certifico que, em cumprimento à decisão retro, efetuei a exclusão do cadastro da entidade requerente no Sistema PROJUDI.

Nada mais. Dou fé.

Comarca / Foro, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

**NOME DO SERVIDOR**

**Escrivão / Analista Judiciário / Técnico Judiciário / Técnico de Secretaria / Secretário**

Assinatura Autorizada pelos Decretos Judiciários 753/2011 e 847/2013

### 1.4.3 EXCLUSÃO POR DECISÃO JUDICIAL:

**1.4.3.1** – A exclusão por decisão judicial deve ser comunicada por ofício à Vara Judicial que efetuou o cadastro, conforme **MODELO 14**.

|  |
| --- |
| MODELO 14 |
| OFÍCIO COMUNICANDO DECISÃO DE EXCLUSÃO DE CADASTRO |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA / FORO**

**VARA / JUIZADO**

ENDEREÇO E TELEFONE

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_ Comarca / Foro, Data

À Sua Excelência o(a)

Dr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Juiz(a) de Direito da Vara / Juizado

Comarca/Foro

Senhor(a) Juiz(a),

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência a decisão proferida nos autos 1234567-89.2015.8.16.0000, que determinou a exclusão do cadastro da entidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em razão:

( ) da interrupção na execução do projeto.

( ) das contas julgadas desaprovadas.

( ) das contas julgadas não prestadas.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

NOME

Juiz(a) de Direito

|  |
| --- |
| question-y **DÚVIDAS QUE PODEM SURGIR** |
| question-y ***Como saber em qual vara foi efetuado o cadastro?***  ***R****: No cadastro da entidade constam a Vara e o processo de origem:*    question-y ***E se a Vara que determinou a exclusão for a mesma que efetuou o cadastro, é necessária a comunicação?***  ***R****: Não é necessária a comunicação. Entretanto, deve-se inserir a certidão de exclusão do cadastro (****MODELO 13****) tanto no Processo de Habilitação e Prestação de Contas (que determinou a exclusão), quanto no Processo de Cadastramento de Entidade (que efetuou o cadastro).* |

**1.4.3.2** – O ofício comunicando a exclusão do cadastro será digitalizado e juntado pela Escrivania/Secretaria no Processo de Cadastramento de Entidade (PCE) que foi deferido o cadastro, mesmo que esteja arquivado.

**1.4.3.3** – Após a juntada do pedido de exclusão do cadastro, a Escrivania/Secretaria, independentemente de conclusão, fará a anotação no campo “cadastro de entidades” disponível no Sistema PROJUDI, certificando nos autos (**MODELO 13**).

### 1.4.4 COMO EFETUAR A EXCLUSÃO NO SISTEMA PROJUDI?

**1.4.4.1** – A exclusão do cadastro deve ser efetuada da seguinte forma:

|  |
| --- |
| MANUSEIO DE SISTEMAS 05 |
| EXCLUSÃO DO CADASTRO |

|  |
| --- |
| **1º PASSO** |
| Acessar o cadastro da entidade no meu “**Cadastro**” > “**Entidade Prestação Pecuniária**”  Selecionar a entidade requerente  Clicar na aba “**Exclusão do Cadastro**” e no botão “Adicionar” |
|  |

|  |
| --- |
| **2º PASSO** |
| Selecionar o processo em que foi determinada a exclusão do cadastro. |
|  |

|  |
| --- |
| **3º PASSO** |
| Inserir o arquivo da decisão que determinou a exclusão do cadastro.  Clicar em “**salvar**”. |
|  |

|  |
| --- |
| **4º PASSO** |
| Após a anotação de exclusão, a situação passará a constar “**CADASTRO EXCLUÍDO**”.  Inclusive tal informação constará da relação de entidades. |
|  |

|  |
| --- |
| question-y **DÚVIDAS QUE PODEM SURGIR** |
| question-y ***Depois que excluído o cadastro, a entidade pode efetuar novo pedido de cadastramento?***  ***R****:* ***Sim. Na forma do art. 42 da INC 02/2014:***  ***Art. 42*** *Uma vez excluída do cadastro, a entidade não poderá se habilitar em Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC), salvo se tiver deferido novo pedido de cadastro, na forma da Subseção I desta Seção.*  *Parágrafo único. Se a exclusão é decorrente de decisão judicial prolatada em Processo de Habilitação e Prestação de Contas (PHPC), no novo pedido de cadastro deverá ser comprovado pela entidade o saneamento de eventuais irregularidades.* |

1. Conforme Portaria Conjunta dos Juízes da Comarca referida. [↑](#footnote-ref-2)
2. Conforme Portaria Conjunta dos Juízes da Comarca referida. [↑](#footnote-ref-3)
3. Conforme Portaria Conjunta dos Juízes da Comarca referida. [↑](#footnote-ref-4)